

Nacionalismo e desalienação africana

Na África Negra anglófona, o modelo de administração indirecta permitiu livre curso às manifestações e expressão da cultura tradicional e ao aparecimento de numerosos jornais já redigidos por africanos, a maioria das vezes deliberadamente em línguas vernáculas, para consolidação do sentimento nativista. Ainda assim, a ideia da autonomia total face ao Império Britânico apenas emergiria claramente nas vésperas da 2.^a Guerra Mundial com a criação do *Nigerian Youth Movement* (1936) e no rescaldo do enfraquecimento económico da Europa e EUA subsequente ao esvaziamento da “bolha especulativa” e crise económica de 1929.

Os líderes da desalienação africana

Mas é naqueles jornais que aparece a primeira geração de pensadores e líderes africanos: Azikiwe da Nigéria; Jomo Kenyatta, membro destacado da associação cultural quicuio, do Quénia; Nkrumah do Gana. Enquanto isso, apesar da primazia cronológica, na África Negra francófona os constrangimentos conjugados da “administração directa” e da política de assimilação impossibilitaram qualquer vislumbre de uma significativa vida cultural autónoma. Este facto explica que seja lançado de Paris o primeiro apelo à revolta negra, não numa língua vernácula, mas na do colonizador e por estudantes da Martinica que fundaram, em 1932, o jornal *Legitime Défense* de que apenas um número foi publicado. O movimento seria apenas retomado em 1934 noutro jornal, *L'Etudiant noir*, onde pontificam três vozes de jovens estudantes negros: Aimé Césaire da Martinica, Léopold Sédar Senghor, do Senegal e Léon Gontran Damas, da Guiana. Iniciada a 2.^a Guerra Mundial Aimé Césaire, de regresso à Martinica, ampliará a mensagem daqueles dois anteriores títulos na revista *Tropiques*, alimentando um debate profundo que conduz à progressiva elaboração da doutrina da *Negritude*, cujas teses, no pós-guerra, serão largamente difundidas na revista *Présence Africaine*, e que não se traduz,

por oposição, num novo racismo, mas na afirmação de que a condição de negro constitui a diferença enriquecedora da sua identidade na relação com o mundo, que o põe em igualdade com todos os homens (Bosschère, 1977:98). Se a alienação colonial provocou a “recusa de si próprio”, a sua desalienação teria que passar necessariamente pela “aceitação e proclamação de si próprio”. Para além de Césaire, também Senghor, Damas, Frantz Fanon e Amílcar Cabral compreenderam que africanos e antilheses, traumatizados e espoliados da sua cultura mediante processos radicais de assimilação, não poderiam adquirir uma consciência política, condição prévia para a intensificação da “luta revolucionária”, enquanto não realizassem essa reabilitação fundamental, capaz de lhes devolver a sua identidade profunda, sem a qual a própria luta não teria qualquer sentido.

Na perspectiva de uma *filosofia da descolonização*, a “libertação nacional” constituía, no entender de Amílcar Cabral, Frantz Fanon ou do poeta e diplomata nigeriano Chinua Achebe, galardoado recentemente (2007) com o prestigioso Prémio Internacional *Man Booker*, um factor determinante da “modernidade cultural africana”, a qual se desenvolveria dentro e através da luta. Para Cabral ou Fanon, a cultura era a fonte do desenvolvimento, sendo necessário ao colonizado “regressar-lhe” como forma de alcançar a liberdade (Jeyifo, 2007:125-141).

É, aliás, essa constatação que leva Cabral a reconhecer a necessidade de o colonizado assumir um conceito europeu de nacionalismo, mesmo que sem nação e sem ideologia, mesmo admitindo que o conceito de “independência” ou o de “fenómeno nacional” não significavam, na essência, a mesma realidade para colonizado e colonizador, como forma de obter o reconhecimento pelo colonizador, através da instrumentalização daqueles códigos, do direito a realizar a assunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores. Esta fusão até ao indissociável de cultura e política constitui uma das características essenciais do grande movimento de emancipação da *Negritude* para além da influên-

cia aglutinadora sobre o Pan-africanismo (de que aquela constitui a 3.^a corrente) e sobre o Afro-asiatismo.

O despertar independentista

Só depois do segundo conflito mundial, e mormente no seio da África anglófona, é que aparecerão os primeiros movimentos de reivindicação política séria. Na Costa do Ouro, os motins de 28 de Fevereiro de 1948 e a prisão de Kwame Nkrumah levam à fundação (1949) do *Convention People's Party* e à reivindicação da autonomia (*self-government*), alcançada por aquele líder na sequência do desencadeamento de um conjunto de manifestações não-violentas (greves gerais, campanhas de imprensa, marchas e boicotes) que Nkrumah designou de “Acção positiva” e que conduziu à sua vitória nas eleições gerais de 1951 e à independência total do Gana em 1957. Na Nigéria, a diversidade étnica, linguística e religiosa, com 9 grupos étnicos, 248 dialectos e 3 religiões (muçulmanos ao Norte, cristãos e animistas no Centro e no Sul) será aglutinada em torno do partido regionalista *National Council of Nigeria and Cameroons* de Nnamdi Azikiwe, do *Action Group* do advogado Abofemi Awolowo e do *Northern People's Congress* de Aminu Kanu, acabando por conduzir ao estabelecimento do federalismo na Nigéria e à independência (1960).

No Quénia, Tanganica, Uganda e Zanzibar, a tomada de consciência política será mais tardia, devido à persistência das estruturas tradicionais ou à predominância de elementos culturais exógenos que atrasaram consideravelmente o processo de emancipação, como o histórico domínio da comunidade mercante árabe e indiana. Ainda assim, no Quénia, em 1947, o líder quicuio Jomo Kenyatta vai criar o primeiro partido político, a *Kenya National African Union*, cuja acção será potenciada pela forte reacção e levantamento contra a apropriação inglesa das “Terras Altas Brancas” que espoliou o povo quicuio e provocou a revolta dos *Mau-Maus* que se prolongará até 1956, apesar da prisão de Jomo Kenyatta e de outros 200 notáveis

indígenas e o internamento em campos de outros 50.000 adeptos, até à captura de Dedan Kimathi, executado em 18 de Fevereiro de 1957. Contudo, nesse mesmo ano tiveram lugar as primeiras eleições legislativas locais, com a vitória do recém-libertado J. Kenyatta, que conduziria o país à independência total em 12 de Dezembro de 1963.

No Tanganica, a reduzida implantação colonial explica a emanação das primeiras reivindicações nacionalistas a partir de 1951, sob a égide de um grupo de intelectuais negros animado por Julius K. Nyerere, a *Tanganyika African Association*, que de movimento cultural se transformaria, em 1954, em partido político que assumiu o objectivo de preparação da independência, luta antitribal e a promoção de um nacionalismo unitário. Este obteria uma importante vitória junto do *Conselho de Tutela* da ONU, em 1955, pois recomendou ao governo britânico o acelerar da emancipação do Tanganica, alcançada em 1961 no seio da Commonwealth, e total em 1962, para em 1964, com a união com Zanzibar, constituir a República da Tanzânia, sob a chefia de Nyerere. Este instaurou um regime de partido único – a TANU – de características radicais, mas que assegurou a estabilidade mediante uma fusão entre um socialismo tradicional africano e o “socialismo científico” de tipo marxista. No Uganda, composto de pequenas monarquias como o Buganda, muito apegadas às instituições tradicionais, o movimento para a autonomia e a independência apenas lograria a independência em 1962, com uma estrutura de tipo federal que associava os quatro antigos reinos, embora sob a égide do reino de Buganda, a cujo rei, o *Kabaka* Eduardo Muteesa II, foi entregue a chefia do Estado, e ao chefe supremo ou *Kyabazin* do reino de Busoga, a vice-presidência. Nos três territórios da África Central, futuros Estados do Malawi, Zâmbia e actual Zimbábue, a emancipação será ainda mais tardia, por via do seu reagrupamento no seio de uma Federação da África Central como aparente tentativa de desviar a *Rodésia do Sul* da atracção centrípeta da República da África do Sul, apenas sobre-

Fernando Amorim

vindo a independência na Zâmbia (antiga *Rodésia do Norte*) em 1964 sob a direcção do *Union National Independence Party*, chefiado por Kenneth Kaunda, que se tornaria o primeiro presidente zambiano e que instauraria um regime agressivamente reformista, embora pragmático no relacionamento com as potências ocidentais e a antiga colonizadora. No mesmo ano a direcção do primeiro governo autónomo do Malawi foi confiada ao Dr. Hastings Kamuzu Banda, que servira o império britânico no Gana e que, de regresso, funda o *Malawi Congress Party*, com o qual alcança a maioria legislativa que lhe permite ser eleito primeiro-ministro em 1963 e, declarada a dissolução da federação, ascender à presidência do Malawi independente (1964) do qual se tornou presidente vitalício (1970) sob um regime de partido único, que apenas terminaria em 1993.

O caminho da África Negra Francófona

A Constituição francesa de 1946, ao estabelecer um “pacto colonial” com as suas colónias, permitiu a representação por deputados africanos na Assembleia Nacional, mediante a sua filiação em partidos franceses, mecanismo transitório porquanto não tardariam a entrar em rota de colisão com aqueles, o que abriu caminho ao projecto de criação de um grande partido autóctone e único, dispondo de secções locais em todas os territórios, que tomaria corpo em Bamako, capital do Mali, em 19 de Outubro de 1946, com a presença de oitocentos delegados da África Negra francesa. Entre estes figuram já Ahmed Sékou Touré da Guiné francesa (depois Guiné-Conacri) bisneto de Samori ibn Lafiya Ture (c. 1830-1900) que fora o fundador do Império Wassoulou, um Estado islâmico que resistiu à França na África Ocidental, de 1882 até à sua captura em 1898, Modibo Keita (ulterior primeiro presidente do Mali), Félix Houphouët-Boigny (que se tornaria o primeiro presidente da Costa do Marfim), já então líder, com a ajuda dos grupos de estudos comunistas de Abidjan, do *Partido Democrático da*

Costa do Marfim, sucessivamente chefe aldeão, médico, agricultor, líder sindical, deputado marfinense em França, ministro do governo francês, presidente da assembleia nacional do seu país, “maire” de Abidjan, primeiro-ministro e presidente de 1960 a 1993, e que se tornaria o primeiro presidente do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA) um partido de raiz interafricana e pan-africanista de que os partidos locais se deveriam tornar secções territoriais (Bosschère, 1977:119).

A aliança tácita concluída com o Partido Comunista Francês conduziu a uma violenta repressão pela administração colonial francesa e a subsequentes cisões no seio do partido inter-africanista que ditariam o esvaziamento do RDA, acabando por se reduzir à secção guineense dirigida por Sékou Touré, enquanto todas as outras secções se transformariam em partidos nacionais.

Os deputados africanos que se tinham recusado a aderir ao RDA por via da sua colaboração com o PCF acabariam por fazer também eles um percurso evolutivo que passou pela sua filiação nos partidos políticos franceses, acabando por fundar as suas próprias formações, como ocorreu com Léopold Sédar Senghor que, em 1948, fundou o *Bloco Democrático Senegalês* que integraria o agrupamento de deputados africanos na Assembleia Nacional, os *Independentes do Ultramar* (IOM) de que aquele, não sendo o fundador, acabaria por se tornar o líder incontestado, e que graças ao apagamento do RDA, se tornaria no partido africano mais votado e bandeira do projecto de Senghor de criação de uma “República Federal Africana”, fortemente combatido por Boigny, agora antifederalista convicto.

Contudo, apesar de Senghor ser mais o ideólogo e intelectual que o homem de acção e Houphouët-Boigny o contrário, o certo é que os dois convergiram quanto à questão de fundo, a escolha de uma via moderada e prudente que, por fases sucessivas, conduzisse à autonomia e depois à independência, mas sempre à sombra da França. O que é facto é que a via moderada do antifederalista Boigny e do federalista

Senghor permitiriam aos seus países, respectivamente Costa do Marfim e Senegal, tornarem-se, atrás da Nigéria, na segunda e terceira economia da sub-região oeste-africana. A Costa do Marfim assente num modelo político de partido único mas de liberalismo económico inspirado nos EUA, que a prazo se traduziria num crescimento sem desenvolvimento e com crescentes tensões sociais. O Senegal, com um regime de partido único – *União Progressista Senegalesa* – de 1966 a 1974 e uma economia das mais industrializadas entre os países africanos, graças à presença de multinacionais de capital maioritariamente francês ou norte-americano e virada para a exportação para a Europa, com destaque para a França e Itália, a Índia e República Popular da China.

Contudo, os percursos diferenciados de Houphouët-Boigny e de Léopold Senghor ajudam a perceber os percursos distintos de ascensão à independência: a Costa do Marfim acederia directamente à autonomia em 1958 e à independência em 1960; o Senegal, por via do federalismo militante de Senghor, acedeu à autonomia e independência integrada na Federação do Mali criada em 1959, de que Senghor e Modibo Keita do Mali (Sudão francês) eram os artefícios, e que integrava também o Alto Volta (depois Burkina Faso) e o Daomé (futuro Benim) que ainda nesse ano se retiraram da federação. Reconhecida a sua independência por de Gaulle (1959), proclamaria formalmente a independência em 1960. No entanto, a rápida eclosão de divergências entre senegaleses e sudaneses levou à dissolução da Federação do Mali: o Senegal de Senghor, até então presidente da assembleia federal, proclamou a sua independência (20 de Agosto) e um mês depois (22 de Setembro) Modibo Keita, até então presidente do governo da federação, proclamou a independência do Sudão francês, que se tornaria na República do Mali. Apesar do fracasso, nenhum dos dois abandonaria o seu pensamento federalista e fortemente pan-africanista. Senghor tentaria de novo a federação, formando em 1982 com a Gâmbia a Confederação da Senegâmbia, que nunca seria institucionali-

zada, sendo dissolvida em 1989.

Madagáscar experimentara durante a maior parte do século XIX até à “partilha de África” (Amorim, (2008) uma “independência” de tipo europeu no Reino de Madagáscar que a invasão colonial francesa aboliu em 1895. A nostalgia da liberdade animou os malgaxes. O “trabalho forçado”, a perseguição sistemática aos militantes dos dois partidos autonomistas fundados em 1945 – o *Partido Democrático Malgaxe* e o *Movimento Democrático da Renovação Malgaxe*, cujos programas coincidiam na vontade de não romper com a França, embora assumissem o compromisso de reivindicar a independência imediata – e a quase aniquilação francesa do nacionalismo malgaxe de 1947 a 1958, na sequência da repressão da acção violenta independentista, apenas permitiram a aquisição da autonomia parcial no seio da *comunidade francesa* em 1958 e a independência total em 1960, constituindo ainda assim um dos primeiros países da zona africana do oceano Índico a alcançar a independência após uma luta nacionalista incessante, e que, sob a égide de Philibert Tsiranana (de 1960 a 1972) seguirá a via de um socialismo pragmático estreitamente ligado aos interesses da França, mas que, na sequência da contestação crescente da população e da greve estudantil que se estendeu da capital às províncias, ditaria a queda e afastamento do seu primeiro presidente no ano de 1972. ■

Referências

- AMORIM, F. (2008) — «A Europa dos nacionalismos imperiais: Berlim, 1885». In MOITA, Luís [dir. de] — *Janus 2008*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 2008.
- BOSSCHÈRE, G. (1977) — *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores.
- JEYIFO, B. (2007) — “An African Cultural Modernity: Achebe, Fanon, Cabral, and the Philosophy of Decolonization.” In *Socialism & Democracy* 21, n.º 3: 125-141. Disponível em Academic Search Premier, EBSCOhost <http://web.ebscohost.com> (acedido a 23 Janeiro, 2010).
- NOUSCHI, M. (1996) — *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.